

Câmara vota 21 projetos em um dia

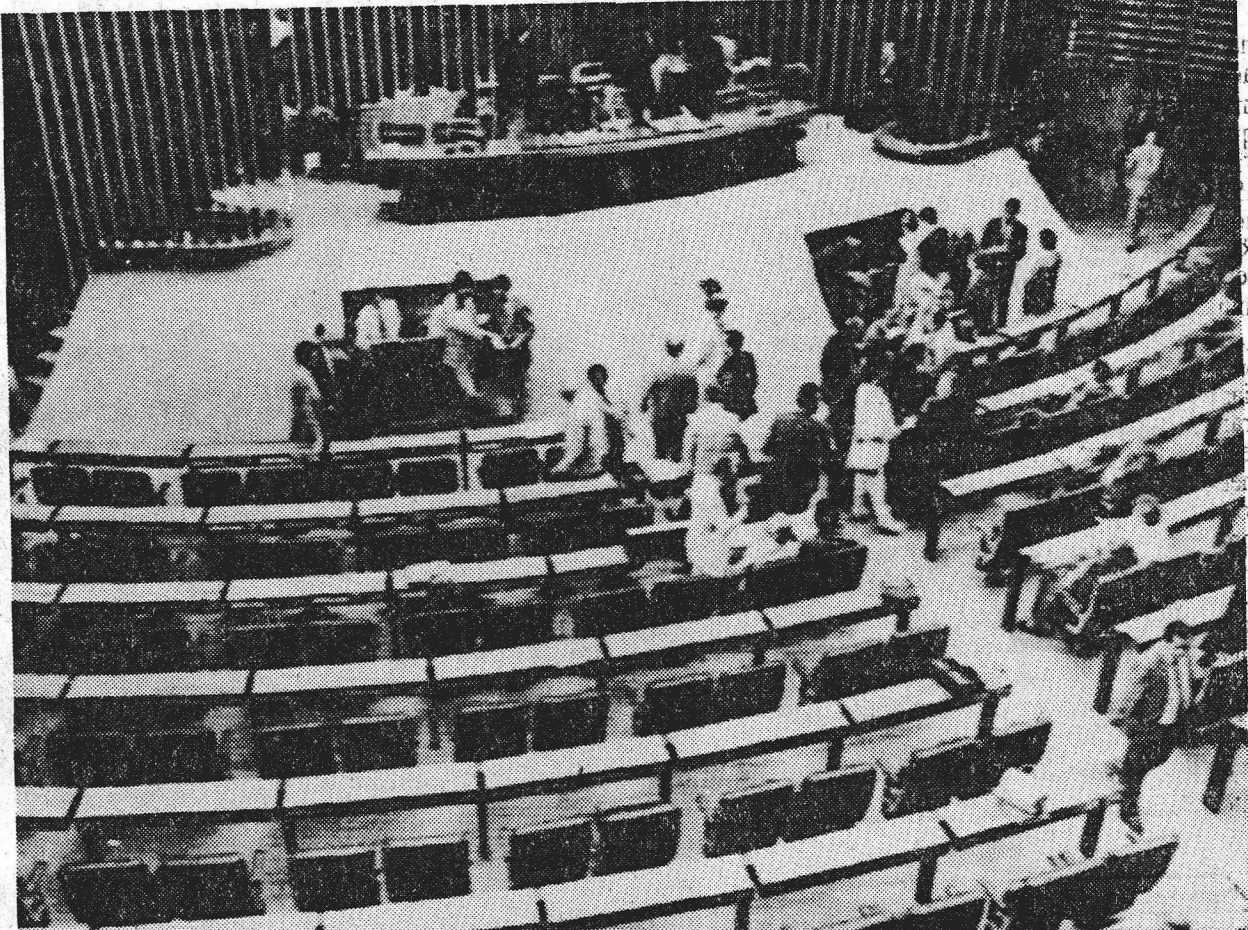
Brasília — Aldori Silva

BRASÍLIA — Na última sessão do ano e da atual legislatura, um punhado de deputados tentou ontem resolver em poucas horas o que não conseguiu durante todo o restante do ano: votar os projetos que se acumulam na pauta da Casa. Durante três horas e meia, menos de uma centena de deputados votou 21 projetos — um projeto a cada dez minutos, driblando o vazio de parlamentares com frágeis acordos de liderança. Com os acordos prévios entre os líderes, faltou interesse aos deputados até para debater projetos que pouco conheciam.

O deputado Célio de Castro (PSB-MG) passou boa parte das votações distraído, exibindo para os colegas algumas chapas de seu pulmão. Se votaram o projeto que define o salário do presidente da República — fixado em Cr\$ 1,272 milhão para janeiro — e seus próprios vencimentos, deixaram sem votar outros 46 projetos que constavam na pauta do dia, um dos quais o polêmico imposto sobre grandes fortunas. “Esta correria é o reflexo de um impasse que tomou conta do legislativo brasileiro”, diagnosticou o deputado César Maia (PDT-RJ), um dos mais irritados com a avalanche de votações.

“Durante todo o ano os projetos são postergados por causa da falta de representatividade das atuais lideranças partidárias e da freqüente falta de quórum. Não podemos abrir mão de princípios no último dia”, disse o deputado, que minutos antes discursava para um plenário com menos de um quarto dos deputados presentes. A votação, que começou às 13h10 — com intervalo das 15h30 às 18h10 para reuniões de lideranças —, foi encerrada às 19h20, depois que o deputado Amaral Neto, líder do PDS, derrotou o projeto do governo que regulamentava o artigo da Constituição que estabelece o imposto para grandes fortunas. Bastou que Amaral Neto pedisse a contagem dos presentes para que a sessão fosse encerrada. O quórum mínimo para votação — 248 deputados — não foi alcançado.

Nem os apelos do líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), foram suficientes. “O próprio presidente me pediu para que esse projeto fosse aprovado”, disse Souto. “Esse projeto é uma bobagem. Se eu tivesse uma propriedade afetada por ele eu vendia, comprava dólar e abria uma conta



Um punhado de deputados votou em tempo recorde projetos que estavam engavetados

no exterior”, ironizou. Nesse momento estavam presentes menos de 50 deputados. O projeto, incluído às pressas no último dia de votação, era um veterano no Congresso: só na Comissão de Constituição e Justiça ficou engavetado oito meses. Agora vai esperar muito mais. Mesmo se for votado no próximo ano, só entrará em vigor em 1992.

Entre os projetos votados, foram aprovados:

□ **Salários** — Além dos vencimentos do presidente, foram fixados os seguintes salários mensais no Executivo e no Legislativo, a partir de janeiro: o vice-presidente ganhará Cr\$ 909 mil, os ministros de Estado Cr\$ 950 mil e os deputados, Cr\$ 1,430 milhão. Uma medida provisória do presidente vai desvincular os salários de ministros e almirantes, para impedir solicitações indesejáveis de equiparação salarial entre civis e militares. O presidente terá os mesmos reajustes salariais de todos os demais servidores públicos — sendo 81% no próximo mês.

□ **Conselho de defesa nacional** — O presidente Fernando Collor vai dispor de um conselho de defesa para consulta sobre assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa

do estado democrático de maioria civil. É o que diz o projeto aprovado ontem pela Câmara. A proposta inclui como membro do colegiado o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leone Ramos. Além dele fazem parte do conselho, criado pela Constituição e agora regulamentado na Câmara, os seguintes integrantes: presidente da Câmara, vice-presidente da República, presidente do Congresso e ministros da Economia, Justiça, Marinha, Exército, Aeronáutica.

□ **Ministério Público** — A Câmara aprovou ontem projeto criando 4.200 cargos no Ministério Público Federal. Embora dependendo de aprovação dos senadores, a proposta foi criticada por parlamentares. O deputado Paes Landim (PFL-PI) chamou a um canto o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) para protestar contra a avalanche de votações que criam despesas para a União:

— Acho isso um absurdo —, disse Landim.

— Só o veto do presidente será capaz de salvar o país destes custos de última hora que estão sendo aprovados —, opinou Ponte.

□ **Imposto sobre combustíveis** — Os

proprietários de carros no país serão chamados a pagar novo imposto, segundo projeto do governo aprovado ontem pela Câmara. A previsão é gerar arrecadação de Cr\$ 51 bilhões no próximo ano, para a conservação de rodovias federais. Pela proposta, que substitui o extinto selo-pedágio, o imposto vai incidir de forma diferenciada para quem tem carro movido a álcool, gasolina e diesel. O contribuinte vai pagar na bomba quando for abastecer. Foram feitas mudanças isentando proprietários de táxis e coletivos. Também ficou a critério do presidente Fernando Collor o repasse de um percentual a estados e municípios. O novo imposto, a ser recolhido a partir de 1º de março, vai variar de 3,6% a 5,8% sobre o consumo de combustível.

□ **Horário noturno** — Quem trabalha em horário noturno vai receber salário em dobro e aposentar-se com 25 e não 30 anos de serviço, caso seja aprovada no Senado e mantida pelo presidente, sem vetos, proposta aprovada na Câmara dos Deputados. O projeto, de autoria de Lysâneas Maciel (PDT-RJ), reduz a jornada para o trabalho noturno de 11 para seis horas, contado no período entre 19 horas e 6 da manhã.